

ABUSO SEXUAL INFANTIL: AS CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS E EMOCIONAIS PARA A VÍTIMA

Thaís Cornélio Pinheiro¹
Cíntia Mendes de Assis²
Sirlon Martins da Silva³

cintiamendes0411@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências da Saúde

RESUMO

Este estudo teve como objetivo investigar as consequências psicológicas e emocionais do abuso sexual infantil, evidenciando os impactos duradouros na saúde mental das vítimas. A pesquisa, de natureza qualitativa e fundamentada em revisão bibliográfica, analisou diferentes formas de abuso sexual infantil e seus efeitos no desenvolvimento psicológico das crianças e adolescentes. A revisão incluiu estudos que destacam, dentre outros, as alterações na autoestima e o surgimento de transtornos como depressão e ansiedade. Também foram abordados os desafios para a denúncia, especialmente no contexto familiar, onde muitos casos ocorrem. O objetivo deste trabalho foi analisar os impactos psicológicos do abuso sexual infantil, destacando como essas experiências traumáticas influenciam o desenvolvimento emocional e psicológico. O estudo ressaltou a importância da psicoterapia como ferramenta essencial para a ressignificação do trauma e fortalecimento das vítimas. Além disso, destacou-se a necessidade urgente de estratégias de prevenção eficazes e apoio psicológico contínuo, bem como a implementação de programas de educação sexual desde a infância como forma de prevenção. Os resultados mostram que o enfrentamento do abuso sexual infantil demanda uma ação integrada entre família, sociedade e instituições, garantindo a proteção e o cuidado integral das vítimas.

PALAVRAS-CHAVE: Abuso sexual; Crianças; Adolescentes; Consequências.

1 INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o abuso sexual infantil envolve a participação de crianças em atividades sexuais sem que tenham plena compreensão da situação, devido à sua imaturidade emocional e cognitiva. Por essa razão, elas não possuem capacidade para consentir. Além de violar normas sociais

¹ Acadêmica do curso de Psicologia – Centro Universitário Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó-MG.

² Psicóloga, Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental, mestranda em Educação e Professora do Curso de Psicologia no Centro Universitário Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó-MG.

³ Psicólogo, Especialista em Educação e Neuropsicopedagogia, Professor do Curso de Psicologia e Responsável Técnico do Serviço de Psicologia Aplicada do Centro Universitário Univértix.

e jurídicas, esse tipo de abuso pode ocorrer tanto em interações com adultos quanto com outras crianças ou adolescentes que ocupam uma posição de poder, confiança ou responsabilidade. Qualquer ato que vise satisfazer desejos sexuais de outra pessoa se enquadra nessa definição, incluindo coerção ou indução a práticas ilegais. Além disso, pode envolver exploração, como a prostituição infantil e a utilização de crianças em materiais pornográficos (World Health Organization – WHO, 2003).

O abuso sexual infantil é caracterizado por qualquer tipo de ato sexual envolvendo uma criança ou adolescente, com ou sem contato físico ou coação direta. Esse abuso pode ocorrer de diversas formas, como insinuações de natureza sexual, manipulação de partes íntimas, voyeurismo (ato de observar partes íntimas de outras pessoas sem consentimento), exibicionismo (comportamento de obter excitação sexual através da exposição dos próprios órgãos genitais a outras pessoas, geralmente desconhecidas, e sem o consentimento delas) e práticas sexuais forçadas. Entre os principais aspectos desse abuso, destacam-se o abuso de poder, no qual o agressor usa sua posição para controlar a vítima e satisfazer seus desejos, a quebra de confiança, que agrava o impacto emocional do abuso, a violência psicológica, que pode ocorrer com ou sem violência física, e o silêncio imposto à vítima, dificultando a denúncia e perpetuando o abuso (Governo Federal, 2021).

Esse tipo de violência contra crianças ocorre, em grande parte, no ambiente familiar, conhecido como incestuoso, onde o agressor ocupa uma posição de confiança e exerce autoridade sobre a vítima, o que dificulta a denúncia e a interrupção do abuso. No entanto, essa forma de violência também acontece fora do núcleo familiar, sendo praticada por pessoas do convívio social da criança, como cuidadores, professores ou conhecidos da família, além de indivíduos sem qualquer vínculo prévio (Nunes; Sales, 2016).

Embora as lesões físicas possam se curar com o tempo, os danos psicológicos frequentemente permanecem, afetando a saúde mental e emocional das vítimas. Os abusos na infância têm um impacto profundo na formação de crenças limitantes e negativas, uma vez que as crianças não conseguem avaliar adequadamente as experiências que viveram. Mesmo que esses episódios fiquem

armazenados na memória, eles podem gerar consequências que perduram ao longo da vida do indivíduo (Lopes; Silva; Ribeiro, 2024).

De acordo com Rogers e Kinget (1975), a vítima de abuso sexual pode apresentar desajustes psicológicos, especialmente quando o trauma não é adequadamente tratado, alcançando a fase adulta. Isso pode resultar em uma autoimagem prejudicada, dificultando a identificação de aspectos positivos e a reconstrução da identidade.

Diante disso, o trabalho em questão justifica-se pela importância de compreender as consequências psicológicas e emocionais do abuso sexual infantil, buscando promover prevenção e apoio adequado às vítimas.

O objetivo deste trabalho foi analisar os impactos psicológicos do abuso sexual infantil, destacando como essas experiências traumáticas influenciam o desenvolvimento emocional e psicológico.

Trabalhos como este são importantes para aumentar a conscientização sobre o tema e auxiliar na criação de estratégias eficazes de intervenção e políticas públicas voltadas para a proteção e recuperação das vítimas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A violência sexual cometida contra crianças e adolescentes gera sérias consequências para as vítimas, cujos impactos variam conforme as experiências individuais de cada uma. É fundamental que cada caso seja cuidadosamente acompanhado, levando em consideração as vivências subjetivas, para evitar generalizações ou simplificações dos danos resultantes dessa forma de violência (Florentino, 2015).

Mesmo que uma criança não demonstre sinais óbvios de sofrimento ou pareça pouco impactada, isso não significa que ela não esteja enfrentando consequências emocionais profundas. O abuso sexual pode gerar danos significativos que, muitas vezes, ficam ocultos por um período e só se revelam em momentos posteriores, como em crises de desenvolvimento ou situações estressantes (Lopes; Silva; Ribeiro, 2024).

Quando o abuso sexual ocorre na infância, a criança pode interpretar a situação como uma forma de afeto. Contudo, à medida que cresce, na adolescência ou na vida adulta, ela passa a perceber que foi manipulada e teve sua confiança

traída. As razões para a violência sexual contra crianças e adolescentes não se limitam ao desejo sexual, mas também envolvem o desejo de exercer poder e controle sobre vítimas em fase de desenvolvimento, que muitas vezes não conseguem entender a gravidade e as consequências desse tipo de abuso (Ferreira, 2024).

De acordo com Pfeiffer e Salvagni (2005), as vítimas de abuso sexual, tanto na infância quanto na idade adulta, podem apresentar diversas reações emocionais e comportamentais. Essas reações podem incluir sentimentos de culpa excessiva, medos intensos, especialmente em relação a pessoas do mesmo sexo do agressor, comportamentos sexuais precoces, tiques, masturbação frequente e incontrolada, enurese, encoprese e baixa autoestima. O abuso também pode resultar em transtornos psicológicos, como ansiedade, depressão, pensamentos suicidas, fobias, distúrbios do sono, transtornos alimentares e atitudes autodestrutivas.

Quando as crianças são vítimas de abuso, muitas delas não falam sobre a situação ou não conseguem contar o que aconteceu devido a sentimentos de culpa, vergonha, constrangimento, medo ou impotência. Em alguns casos, elas podem não saber como expressar o que sofreram. Quando o agressor é um membro da família ou uma pessoa próxima, a probabilidade de a criança manter o segredo aumenta, pois ela pode se sentir dividida entre o desejo de que o abuso cesse e a preocupação com as possíveis consequências para o agressor após a denúncia. A criança também pode temer as repercussões da revelação, como a separação ou instabilidade no ambiente familiar (Ferreira, 2014).

É fundamental que, ao ouvir a revelação de uma criança ou adolescente, o interlocutor demonstre credibilidade ao relato, evitando questionamentos sobre vestimenta ou comportamento, e reafirme a ausência de culpa da vítima. Além disso, recomenda-se expressar reconhecimento pela confiança depositada e adotar uma postura empática ao longo de toda a interação (Hohendorff; Patias, 2017).

A notificação de situações de abuso sexual infantil deve ser feita ao Conselho Tutelar, sendo dever dos profissionais da segurança pública e do sistema judiciário conduzir a investigação. Como nem sempre há indícios físicos visíveis, a identificação pode ser complexa. Ainda assim, existem instrumentos que auxiliam na análise da vítima, considerando consequências físicas, emocionais e sociais. Além da comprovação do abuso, é indispensável examinar o contexto familiar e social

para assegurar a proteção integral da criança ou do adolescente (Rangé; et. al, 2011).

3 METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, embasada no método de revisão bibliográfica para obtenção de informações. A pesquisa qualitativa, segundo Proetti (2018), busca compreender elementos subjetivos e interpretar os acontecimentos, facilitando a interação entre o pesquisador e o fenômeno investigado.

A revisão bibliográfica, por sua vez, Segundo Gil (2007), baseia-se em materiais já existentes, como livros, artigos e teses. Seu caráter exploratório facilita a compreensão do problema, além de permitir o desenvolvimento de ideias e a identificação de novas perspectivas.

A coleta de dados foi feita nas plataformas SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Google Acadêmico, reconhecidas por sua ampla base de dados científicos.

Foram utilizados os seguintes descritores para a busca dos materiais: abuso sexual infantil, violência sexual contra crianças, consequências emocionais do abuso, traumas psicológicos e impacto psicológico do abuso infantil. A escolha dos descritores teve como base a relevância e a frequência com que aparecem em estudos relacionados ao tema, facilitando a identificação de fontes pertinentes à temática proposta.

Os critérios de inclusão adotados para a seleção dos materiais consideraram publicações disponíveis na íntegra, que abordassem diretamente as consequências emocionais e/ou psicológicas do abuso sexual infantil. Foram priorizados artigos acadêmicos publicados entre os anos de 2003 e 2024, especialmente aqueles que estabeleciam relações entre essas consequências e o desenvolvimento da criança ou os efeitos persistentes na vida adulta. Embora a maior parte das obras analisadas esteja situada nesse intervalo de publicação, também foram incluídos estudos anteriores, como o de Rogers e Kinget (1975), cuja relevância teórica permanece significativa para a compreensão dos impactos psicológicos e emocionais vivenciados pelas vítimas.

Foram estabelecidos como critérios de exclusão os trabalhos que apresentavam uma abordagem superficial do tema, bem como aqueles que se restringiam a análises de caráter legal ou médico, voltadas apenas para questões jurídicas ou consequências físicas do abuso, sem aprofundamento nos impactos emocionais e psicológicos vivenciados pelas vítimas. Além disso, foram desconsideradas publicações que não estavam disponíveis na íntegra para consulta.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da revisão bibliográfica de estudos que tratam do abuso sexual infantil, foi possível reunir importantes contribuições acerca das consequências psicológicas e emocionais que essa forma de violência pode acarretar no desenvolvimento de crianças e adolescentes, evidenciando a gravidade dos impactos vivenciados pelas vítimas.

Atualmente, o abuso sexual tem ganhado cada vez mais espaço nas discussões públicas. Apesar da forte comoção causada por casos que impactam profundamente a sociedade brasileira, ainda carecemos de estratégias realmente eficazes para sua prevenção e enfrentamento. Mesmo sendo um tema cada vez mais presente nas mídias e nas conversas sociais, muitas famílias e responsáveis por crianças e adolescentes demonstram resistência em dialogar sobre o assunto, muitas vezes temendo expor a sexualidade infantil. Enquanto o debate é evitado, inúmeras crianças e adolescentes continuam sendo vítimas dessa violência, que atravessa todas as barreiras sociais, raciais e étnicas, e invade ambientes considerados seguros, como o lar, a família e a escola (Oliveira *et. al*, 2020).

De acordo com levantamento realizado pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e publicado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em 73% dos casos de violência sexual, o abuso acontece no domicílio da vítima ou do agressor. Em 40% das ocorrências, os responsáveis pela violência são o pai ou padrasto. A maior parte dos suspeitos, 87%, é do sexo masculino e, em 62% dos casos, tem entre 25 e 40 anos. A pesquisa também revela que 46% das vítimas são adolescentes do sexo feminino, com idades entre 12 e 17 anos (Brasil, 2022).

A violência sexual infantil é um problema global que afeta gravemente as vítimas em diversas áreas, incluindo o comportamento, a psique, as emoções e as relações sociais. Do ponto de vista emocional e psíquico, pode resultar em sintomas

como o uso de substâncias, depressão, ansiedade e distúrbios do sono. Além disso, a criança pode experimentar sentimentos de rejeição, humilhação, vergonha e medo, o que prejudica sua autoestima e imagem pessoal. No aspecto comportamental, as vítimas podem apresentar alterações nos hábitos alimentares, dificuldades no aprendizado e mudanças no cuidado pessoal, como o aumento excessivo da frequência do banho. Relacionalmente, essas crianças enfrentam dificuldades para formar vínculos afetivos e sociais, o que frequentemente resulta em isolamento (Santos; Ponte; Silva, 2021).

O estupro, conforme o Código Penal Brasileiro (Lei nº 12.015/2009), é uma forma de abuso sexual que ocorre quando um adulto força uma criança ou adolescente a ter relações sexuais sem consentimento, com o objetivo de satisfazer desejos sexuais. Esse crime pode ser físico ou envolver assédio, sendo difícil de comprovar sem evidências claras. Além do abuso sexual, crianças e adolescentes enfrentam outras formas de violência, como negligência, violência física e psicológica, e exploração sexual. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garante a proteção de seus direitos, mas o abuso sexual infantil ainda é um tema difícil de ser discutido, especialmente dentro das famílias, onde ocorre grande parte dos casos. Entre 2011 e 2017, o Brasil registrou mais de 180 mil casos de violência sexual, sendo a maioria das vítimas crianças e adolescentes, com os agressores sendo, frequentemente, pessoas do círculo familiar (Oliveira; et. al, 2020).

A proteção integral de crianças e adolescentes, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, deve ser assegurada por uma atuação conjunta entre família, sociedade e Estado (BRASIL, 1990). Dentro dessa perspectiva, a educação sexual torna-se uma ferramenta essencial, já que, ao ser desenvolvida continuamente ao longo da vida e por meio da mediação de diversos agentes, como pais, educadores, cuidadores e meios de comunicação, contribui não apenas para a formação pessoal, mas também para a prevenção de situações de violência. Dessa forma, ela fortalece a rede de proteção social, promovendo conhecimento, autonomia e conscientização desde a infância (Almeida; Silva; Vieira, 2021).

Durante a vida, é inevitável que os indivíduos passem por situações difíceis que provoquem algum nível de sofrimento. Em tais contextos, algumas pessoas podem desenvolver transtornos psicológicos, como o Transtorno de Estresse Pós-

Traumático (TEPT), enquanto outras, mesmo diante de traumas, estresse intenso ou desastres, conseguem se recuperar emocionalmente sem apresentar grandes prejuízos. Diante disso, uma grande aliada nesse processo de enfrentamento e superação é a psicoterapia, que oferece suporte emocional e estratégias para lidar com o sofrimento de forma saudável (Machado; Sagaz, 2017).

Segundo Cabral e Levandowski (2013), Ferreira (2013) e Miranda, Pires e Canta (2010), embora o abuso sexual não possa ser desfeito, a psicoterapia pode contribuir para que o indivíduo ressignifique essa vivência. Além disso, o processo psicoterapêutico atua sobre as consequências do abuso, promovendo sua compreensão e possibilitando a redução ou até mesmo a superação dos impactos gerados.

O processo psicoterapêutico pode contribuir significativamente para a redução de fatores que dificultam o fortalecimento da vítima, ao mesmo tempo em que favorece o desenvolvimento de aspectos protetivos, como a autonomia, segurança, autoestima, capacidade de resolução de problemas, qualidade nas relações interpessoais e habilidades sociais. Esses elementos, associados ao apoio de vínculos afetivos consistentes, tendem a fortalecer o indivíduo frente às adversidades, permitindo-lhe enfrentar não apenas os efeitos do abuso, mas também futuras experiências dolorosas com maior preparo emocional (Miranda; Pires; Canta, 2010).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O abuso sexual infantil é uma grave violação dos direitos humanos que provoca impactos profundos e duradouros na saúde emocional, psicológica e social das vítimas. A partir da análise bibliográfica, ficou evidente que os traumas decorrentes dessa forma de violência ultrapassam a infância, podendo comprometer significativamente o desenvolvimento afetivo, comportamental e relacional das vítimas ao longo da vida.

Os dados evidenciam a urgência de estratégias mais eficazes de prevenção, denúncia e acolhimento, sobretudo no contexto familiar, onde ocorrem a maioria dos casos. Nesse cenário, a escuta acolhedora e a atuação intersetorial entre família, escola, saúde e justiça são fundamentais para romper o ciclo de silêncio e sofrimento.

Além disso, a psicoterapia se mostra essencial como ferramenta de ressignificação do trauma, contribuindo para o fortalecimento e reconstrução da autoestima. Investir em educação sexual desde a infância, com linguagem adequada e orientação contínua, também se destaca como um ponto preventivo importante.

Dessa forma, é imprescindível que o enfrentamento ao abuso sexual infantil seja tratado como uma responsabilidade coletiva. Cabe ao poder público, instituições e sociedade civil promover ações contínuas de prevenção, identificação e atendimento às vítimas, assegurando seus direitos e favorecendo um ambiente seguro para o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vitória Braz de; SILVA, Rita de Cássia Ramires da; VIEIRA, Ana Carolina Santana. Fortalecendo a educação sexual desde a infância: ações para conscientização e prevenção da violência sexual infantil. **Gep News**, Maceió, v. 5, n. 1, p. 473-480, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/gepnews/article/download/12955/9010>. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**. Ministério divulga dados de violência sexual contra crianças e adolescentes. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulgados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 27 abr. 2025.

CABRAL, Stela Araújo; LEVANDOWSKI, Daniela Centenaro. Resiliência e psicanálise: aspectos teóricos e possibilidades de investigação. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 34–50, mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/qRvRWKsThxSVRNMzkbzmsdF/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

FERREIRA, Ana Rita Frade. **Estratégias gerais e intervenções técnicas específicas no processo de tomada de decisão em psicoterapia**. 2013. 67 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Integrado em Psicologia, Secção de Psicologia Clínica e da Saúde/núcleo de Psicoterapia Cognitiva-comportamental e Integrativa, Universidade Se Lisboa, Lisboa, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/9868>>. Acesso em: 20 out. 2016.

FERREIRA, Daniela de Souza. Consequências do abuso sexual contra crianças e adolescentes. **Revista de Vitimologia e Justiça Restaurativa**, São Paulo, v. 2, n. 1, fev. 2024. Disponível em: <https://revista.provitima.org/ojs/index.php/rpv/article/view/64/57>. Acesso em: 15 mar. 2025.

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérghamo. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. Fractal: **Revista de Psicologia**, v. 27, n. 2, p. 139-144, maio-ago. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/dPY6Ztc8bphq9hzdhSKv46x>. Acesso em: 15 mar. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Atlas: São Paulo, 2002.

GOVERNO FEDERAL. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes** - abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/CartilhaMaioLaranja2021.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2025.

HOHENDORFF, Jean Von; PATIAS; Naiana Dapieve. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**: Identificação, consequência e indicações de manejo. Rev Barbarói 2017; 49:239-257. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=4935887435857361634&hl=pt-BR&as_sdt=2005&scioldt=0,5#d=gs_qabs&t=1741984615919&u=%23p%3D4nqXsXjLf0QJ. Acesso em: 14 mar. 2025.

LOPES, Caroline Ribeiro; SILVA, Lorrany Sousa; RIBEIRO; Thiago Soares. IMPACTOS PSICOLÓGICOS DO ABUSO SEXUAL INFANTIL NA FASE ADULTA. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2024. Disponível em: <https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/3143>. Acesso em: 14 mar. 2025.

MACHADO, Daniela Santos; SAGAZ, Valeria Rossi. **Psicoterapia como fator de resiliência em adultos vítimas de abuso sexual infantil**. Trabalhos de Conclusão de Curso - Faculdade Sant'Ana, [S. l.], 2017. Disponível em: <https://iessa.edu.br/revista/index.php/tcc/article/view/95>. Acesso em: 29 abr. 2025.

MIRANDA, Filipe Leão; PIRES, António Pazo; CANTA, Guilherme Rui. **Factores específicos ou factores comuns?** Processo e mudança na psicoterapia psicanalítica. 2010. Disponível em: <<http://www.leaomiranda.pt/consultorio-psiQUIATRIA-psicologia/Factores-Especificos-Factores-Comuns-Psicoterapia-Psicanalitica.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2025.

NUNES, Antonio Jakeulmo; SALES, Magda Coeli Vitorino. Violência contra crianças no cenário brasileiro. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.21, p.871-880, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2016.v21n3/871-880/pt/>. Acesso em: 14 mar. 2025.

OLIVEIRA, Milena Camili Cardoso Gomes de et al. Abuso sexual infantil. **Revista Monumenta**, Paraíso do Norte, PR, v. 1, n. 1, p. 35-44, maio 2020. Disponível em: <https://revistaunibf.emnuvens.com.br/monumenta/article/view/5/4>. Acesso em: 27 abr. 2025.

PFEIFFER, Luci; SALVAGNI, Edila Pizzato. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal de pediatria**, v. 81, p. s197-s204, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0021-75572005000700010>. Acesso em: 15 mar. 2025.

PROETTI, Sidney. **As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica**: Um estudo comparativo e objetivo. São Paulo, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/casa/Downloads/60-227-1-PB.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2025.

RANGÉ, Bernard et al. Abuso sexual de crianças e pedofilia. In: RANGE, Bernard et al. **Psicoterapias cognitivas-comportamentais**: um diálogo com a psiquiatria. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2011. p. 654-668.

ROGERS, Carl; KINGET, Marian. **Psicoterapia e relações humanas**, 1975.

SANTOS, Giovana Rodrigues dos; PONTE, Aline Sarturi; SILVA, Tânia Fernandes. **Abuso sexual infantil**: impacto no comportamento da criança e perspectivas para a Terapia Ocupacional. Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social, v. 2, Sup., 2021. Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Brasil. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/d9a6/497bfbfd088e9c462d26c8e963255ee3d2313.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Documentos e publicações da Organização Mundial da Saúde**. Geneva: WHO, 2003. Disponível em: http://www.who.int/topics/child_abuse/en/. Acesso em: 14 mar. 2025.